

NO PINTCHA



ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA — TELEFONES: 3713/3726/3728 — BISSAU

CONSELHO DE MINISTROS

A situação difícil no tocante ao abastecimento alimentar do país, mereceu a atenção do Conselho de Ministros, que na sua última reunião, depois de uma análise pormenorizada do problema, decidiu enviar esforços no sentido de obter crédito para a aquisição de arroz.

O Conselho de Ministros, presidido pelo Comandante Nino Vieira, Presidente do Conselho da Revolução, analisou o acontecimento do 1.º de Maio, e decidiu congratular-se pelo êxito das comemorações.

No decorrer da reunião, o Conselho ouviu uma exposição do Ministro Carlos Correia, sobre o projecto de reorganização do Ministério das Finanças.

AFIRMA SAÚDE MARIA NO REGRESSO DO ESTRANGEIRO CAMPAÑA DIPLOMÁTICA COROADA DE ÊXITO

O camarada Victor Saúde Maria, vice-Presidente do Conselho da Revolução e Ministro dos Negócios Estrangeiros, que regressou ontem, depois de uma digressão a vários países africanos e europeus, afirmou, à sua chegada, que a campanha diplomática lançada pelo nosso Governo depois dos acontecimentos do 14 de Novembro, e por ele dirigida, foi coroada de êxito.

Durante cerca de um mês, este dirigente guineense visitou a Nigéria, a Tanzânia, Moçambique, Portugal, Suécia, Bélgica, Luxemburgo e França. Foi recebido por diversos chefes de Estado, a quem entregou mensagens pessoais do Presidente do Conselho da Revolução, Nino Vieira, e simultaneamente esclareceu a situação que se vive no nosso país depois do 14 de Novembro.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros salientou ainda que essas missões são bastante úteis porque permitem, além do mais, discutir o estado das relações de cooperação com estes países amigos. Victor Saúde Maria reuniu-se também com os nossos compatriotas residentes no estrangeiro e é portador de uma mensagem de Samora Machel para o Presidente do C. R. (VER MAIS INFORMAÇÕES NA PÁGINA 8)



ENVIADO DE DIOUF EM BISSAU

O camarada João Bernardo Vieira (Nino), Presidente do Conselho da Revolução recebeu, na terça-feira de manhã, no Palácio da Presidência, o ministro senegalês dos

Negócios Estrangeiros, senhor Mustapha Niassé, que era portador de uma mensagem pessoal do Presidente da República do Senegal, Abdou Diouf, para o seu ho-

mólogo guineense.

O dirigente senegalês permaneceu no nosso país durante seis horas. No entanto, o teor da mensagem não foi revelada.

POLICLÍNICA DA UNTG PRONTA EM 90 DIAS

Reiniciou-se, nos meados do mês de Abril, a construção da Policlínica da UNTG, cujo primeira pedra fora lançada em Maio de 1978, e esteve paralizada durante um período de três anos, por atraso na vinda de técnicos para a montagem do edifício.

Segundo o técnico Yanko Krajnc, jugoslavo, a Policlínica terá três pavilhões, cada um deles com três compartimentos, o que perfaz um total de nove compartimentos.

O edifício que deverá ficar pronto num período aproximadamente de noventa dias, terá condições para prestar assistência de clínica geral, ginecologia e estomatologia.

Ainda segundo o técnico jugoslavo a obra, e todo o equipamento, foi financiada pela Confederação dos Sindicatos Jugoslavos.



Super Dragão Lumumba em plena exibição no Estádio Lino Correia

**KARATECA
E CULTURISTA
CAMARONÊS
DÁ "SHOW"
EM BISSAU**

< ver pág-6 >

LEIA

NESTA EDIÇÃO:

A SITUAÇÃO DO COMPLEXO DO ILHÉU (pág-3)

PATRIOTAS CHILENOS OCUPAM RÁDIO (pág-7)

CONFRONTOS AGUDIZAM-SE NA IRLANDA (pág-8)

Arroz para sementeira adquirido na Serra Leoa

O Governo da República da Guiné-Bissau adquiriu recentemente na Serra Leoa, através de um financiamento da Cooperação Francesa, num montante de 40 mil dólares (cerca de um milhão e quinhentos mil pesos guineenses) 50 toneladas de semente certificada de arroz da variedade ROK 5, que já se encontram no porto de Bissau. A informação

foi-nos prestada pelo camarada Carlos Silva (Pepito), responsável do D.E.P.A. (Departamento da Experimentação e Produção do Arroz).

Este carregamento seguirá dentro de dias para Caboxanque, pois destina-se à distribuição aos camponeses do Sul do país, para sementeira.

Entretanto, salienta-se que a campanha da

sementeira de arroz iniciará-se só quando terminar a da mancarra, visto que, com a carência daquele produto, tudo indica que a população aproveitará a distribuição das sementes para a sua alimentação. Mas o mesmo responsável adiantou-nos que, para que as sementes não se apodreçam, são tra-

tadas com uma série de produtos químicos mortais, e que quem as comer sofrerá consequências graves.

As sementes de arroz que serão distribuídas nas outras regiões provêm da produção do projecto de Contuboeil e do próprio «stock» dos camponeses do interior do país.

Tabaco «Nô Pintcha» brevemente no país

Os Armazéns do Povo contam receber brevemente, já que o Banco lhe concedeu o necessário crédito, duas partidas de 700 caixas de cigarros «Nô Pintcha», distribuídas em 1400 cartões, sendo 1000 de «Nô Pintcha» normal e 400 de gigante. Esta informação foi-nos dada pelo responsável dos Serviços Comerciais, camarada Fortunato Almeida.

Ainda segundo o nosso entrevistado, que não precisou a data da chegada do referido produto, o atraso da vinda de cigarros deveu-se, ao não pagamento de algumas facturas à fornecedora portuguesa — «A Tabaqueira».

Recorde-se que este tão procurado produto saiu do mercado nacional há cerca de cinco meses.

Conferência sobre Seguros

Para participar na 8.ª Conferência da Organização Africana de Seguros, encontra-se em Lusaka, capital da Zâmbia, uma delegação do Instituto Nacional de Seguros e Previdência Social, constituída pelos camaradas Voss Ribeiro e Flávio Proença, respectivamente director-geral e director adjunto do Instituto Nacional de Seguros.

Nesta Conferência da Zâmbia serão analisados problemas relacionados com os Seguros no nosso continente, e particularmente a questão de Seguro Rural.

Financiamento do projecto do aeroporto de Bissalanca

Para resolver os problemas referentes ao financiamento do projecto de melhoramento do Aeroporto de Bissalanca com o Banco Islâmico, partiu na passada sexta-feira rumo à Arábia Saudita, o camarada Manuel Santos (Manecas), Ministro dos Transportes, Turismo e Telecomunicações.

Manuel dos Santos, acompanhado por Inácio Semedo, director-geral

da cooperação Internacional, afirmou que se pretende, com este financiamento, cobrir a 2.ª fase do projecto, que inclui as rádio-ajudas e infra-estruturas de ajuda à navegação aérea.

De salientar que na 1.ª fase do projecto do Aeroporto de Bissalanca, a participação do fundo do Koweit, em 1978, foi de 50 por cento.

Reunião do CAFPAD

Após ter participado em Tânger (Marrocos) na reunião Extraordinária do Comité Permanente do CAFPAD (Centro Africano de Formação e Pesquisa Administrativa para o Desenvolvimento) cujos temas

principais foram a dimensão do director-geral e a situação financeira do Centro, regressou no dia 8 ao país, o camarada Francisco Barreto, director-geral de Administração Interna.

Bolama: médicos cubanos constataam evolução de doença

Durante a sua visita de trabalho à região de Bolama-Bijagós, a delegação médica de especialistas cubanos fará um completo levantamento sobre a evolução das principais doenças em todos os sectores, ao mesmo tempo que procederá a consultas e à distribuição de medicamentos, informou o correspondente da ANG.

Responsáveis e alguns quadros da saúde do sector de Bolama acompanharão de perto os trabalhos.

Por outro lado, ainda segundo a ANG, Bolama terá nova rede de canalização de distribuição de água potável. Para o efeito, encontra-se naquela ilha uma equipa de técnicos do Ministério dos Recursos Naturais.

Durante a sua permanência em Bolama, os téc-

nicos procederão ao levantamento da situação e à elaboração de um plano de acção tendente a realizar o trabalho o mais rapidamente possível, a fim de normalizar o fornecimento de água

às populações de Bolama. Para além disso, a equipa fará a recuperação do principal reservatório, bem como a abertura de um novo furo artesiano para extracção da água potável.

Delegação da SIDA no interior

A delegação da SIDA sueca composta por oito elementos, que se encontra de visita desde alguns dias no nosso país, deslocou-se aos sectores de Mansôa, Mansabá, Bissorã e Nhacra com o objectivo de contactar com os agricultores da zona agrícola

número um, indicou a ANG.

Durante a sua permanência nessas localidades, a delegação que é acompanhada pelo engenheiro agrónomo Jorge de Oliveira, fará um inventário das necessidades existentes no domínio do desenvolvimento rural.

Responde o povo

O que pensa da luta do povo maubere?

O povo de Timor-Leste vive uma situação de guerra difícil, pode-se dizer até dramática. As forças da Fretilin combatem Suharto e os seus lacaios pagos pelo imperialismo, num território completamente cercado, sem muitos meios de defesa e cujas retaguardas são o mar e as montanhas. Enquanto a Indonésia desencadeia uma grande ofensiva contra Timor-Leste, recorre, ao mesmo tempo, a todos os meios para isolar este país nas Nações Unidas. Mas, o povo e a sua vanguarda — a Fretilin — continuam a verificar que a luta armada é o factor decisivo e determinante.

Na nossa rubrica «Responde o Povo», perguntámos a três pessoas o que pensam da luta do povo maubere.

ESTAMOS COM O POVO MAUBERE HERÓICO

Gina Neves, 20 anos, estudante — «Eu solidarizo-me total e incondicionalmente com a luta do povo maubere, dirigida pela sua vanguarda revolucionária, a Fretilin, porque acho que qualquer luta cujo objectivo é a independência e a li-

berdade de um povo, é justa e sagrada. O Governo da Indonésia, ao serviço do imperialismo, mantém essa guerra em Timor-Leste porque sabe que, se o país se tornar verdadeiramente independente, as outras ilhas da Indonésia vão ter maior possibilidade de desenvolver a sua guerra de guerrilha e derrubar o fascista e ditador Suharto. É uma

luta muito difícil, visto que, não há possibilidades dos outros países darem uma ajuda material e humana, porque Suharto e os seus lacaios continuam o cerco à ilha, por ar e por mar. Mas, se isso não acontecer, tenho a certeza que a Guiné-Bissau estaria pronta a enviar os seus homens, como aconteceu em Angola e S. Tomé e Príncipe. Mas já que isso não pode acontecer, nós, os jovens, devemos fazer campanhas de apoio e jornadas de solidariedade para mostrarmos que estamos com o povo maubere heróico».

A OPINIÃO PÚBLICA INTERNACIONAL DEVE AGIR

Laurindo Gama, 38 anos, funcionário público — «Penso que a opi-

nião pública internacional deve agir junto das Nações Unidas, e do Movimento dos Países Não-Alinhados, para que esta guerra sem quartel termine. O povo de Timor-Leste vive situações bastantes difíceis, por aquilo que tenho lido. Mas tenho a certeza que muito pouca gente pode contar na verdade o que se passa nesse país, pois sabemos que a Indonésia cercou toda a ilha. A Indonésia não tem o direito de tentar anexar Timor-Leste porque a ilha era uma colónia portuguesa e, se deixou de o ser, depois dos acontecimentos do 25 de Abril, também não pertence à Indonésia, mas sim ao povo maubere. Portugal, antiga potência colonizadora também tem muita culpa nisso, porque não tem

tomado posições. Deixou Timor-Leste ao abandono, às garras do imperialismo e do ditador Suharto. Nós, os filhos da Guiné-Bissau, e estamos prontos a qualquer chamamento do nosso Partido para ajudar, mesmo que seja de armas na mão, aquele povo irmão que sofreu a colonização portuguesa e continua a sofrer, agora, a colonização indonesa».

É PRECISO MUITA CORAGEM

Eurico Tavares, 19 anos, Estudante — «Para aguentar uma guerra como em Timor-Leste, é preciso muita coragem. Como é possível um povo lutar se não pode receber ajudas substanciais de fora? Como é possível ganhar uma luta se a Indonésia queima com as suas bombas todas as

culturas deixando o povo maubere morrer à fome? Por isso é que eu digo que aquele povo é corajoso. Eu posso dizer que estou ao lado do povo maubere, aliás, nós, jovens guineenses, devemos fazer tudo para os ajudar porque eles querem a sua libertação, e isto não se pode negar a um povo. Também sei que em todas as reuniões internacionais a Guiné-Bissau e o nosso Partido, o PAIGC, levantam o problema da guerra em Timor-Leste, colocam-se ao lado do povo maubere. Eu penso que este povo só poderá libertar-se quando o Governo de Suharto cair e se instaurar uma democracia na Indonésia, mas isso não deve demorar segundo notícias do que se passa nas ilhas que compõem esse país.»

Complexo Industrial do Ilhéu do Rei

A rentabilidade é possível mas o abandono é notório

É indiscutível o papel da indústria no processo de desenvolvimento de um país, muito embora, em países como o nosso, com carácter essencialmente agrícola, a agricultura ocupe o ponto chave no programa de desenvolvimento. Se bem que algumas pessoas defendam ser o comércio, primeiro que a indústria, um dos principais factores do desenvolvimento, àquele que, aliando-se à agricultura e servindo de estímulo ao camponês, proporciona o arranque indispensável ao desenvolvimento económico, o sector industrial serve de complemento a este processo.

Tais opiniões não se divorciam, porém, totalmente das preocupações manifestadas pelo Governo da Guiné-Bissau, ao recomendar, nas resoluções do III Congresso do PAIGC que «a indústria terá de ir ao encontro das necessidades vitais da população rural de forma a produzir e colocar no mercado artigos utilitários que, provocando no camponês a necessidade de sua aquisição, irão estimulá-lo a produzir mais e melhor com o fim de vender o excedente e aplicar o produto dessa venda na compra dos referidos artigos».

Com efeito, criada em 1959 e compreendendo as unidades de descasque de arroz e mancarra, extracção de óleo e um pequeno estaleiro para a manutenção dos barcos, a empresa debate-se nos últimos tempos com sérias dificuldades que limitam grandemente as suas actividades. A baixa de produção e a situação dos trabalhadores são exemplos evidentes do que acabamos de dizer.

A empresa vê deste modo a sua capacidade de produção, avaliada em cerca de seis mil litros diários, trabalhando normalmente, decair vertiginosamente, sobretudo nos últimos anos, dada a escassez de chuvas e consequente quebra de produção. Os dados recolhidos das produções dos anos após a independência são elucidativos: 846.689 litros em 1975; 478.250 em 1976; e 692.053 litros em 1977. No ano seguinte verificar-se-ia um sensível aumento de produção, tendo atingido 1.888.126 litros, contra 422.241 em 1979 e 441.879 no ano passado.

A justificação muitas vezes apresentada da falta de produtos devido à exportação foi rejeitada pelo encarregado geral da fábrica. Segundo António Rodrigues Motinho, antes da guerra já se exportava mancarra em quantidade muito superior e, apesar da quebra então verificada na produção, a empresa conseguia abastecer o mercado em 120 mil litros de óleo, fornecendo ainda 50 mil litros para a tropa colonial e exportando cerca de 30 mil litros para Cabo Verde. Por outro lado, ainda conseguia manter um «stock» de 250 a 300 mil litros para o período de reparações, (a laboração verificava-se entre oito e nove meses, sendo o resto do tempo dedicado

às reparações e manutenção das máquinas).

O ano passado, por exemplo, dada a falta de mancarra, a fábrica só trabalhou 96 dias. Este ano, um curto-circuito que queimou o alternador e a falta de peças para os motores eléctricos retardaram o início das actividades para os fins de Fevereiro. Porém, o avançado estado de deterioração da mancarra existente em «stock» e fornecida quer pelos Ar-

zéns do Povo, quer pela Socomin, as duas firmas que comercializam o produto, compromete seriamente o funcionamento da fábrica, além dos riscos que poderão advir para as máquinas. Além disso, o resto, os exemplos de outros países da área em matéria de política comercial são bem elucidativos.

A Gouvêa, detentora de um dos principais complexos industriais que existiam no país à data da independência (existem ainda a fábrica de cervejas e refrigerantes «CICER» e o complexo de Bolola, da então Ultramarina) viu a parte comercial nacionalizada pelo Governo da Guiné-Bissau, ficando sob sua tutela apenas a parte industrial, devido talvez à falta de meios materiais e humanos capazes de fazer marchar aquele ramo de actividade. Tal gesto foi como que a primeira pedra lançada na sepultura do que foi a empresa Gouvêa, que iria deste modo esmorecendo gradualmente e na

eminência de desaparecer, se não fosse o esforço e a boa-vontade de alguns dos seus responsáveis, alguns com longos anos de vivência na então colónia.

Sem grandes possibilidades de lucro, como acontecia outrora, e com um capital social de 71 mil e 500 contos e um efectivo calculado à volta de duas centenas de trabalhadores, a empresa vê os seus dias contados, com risco de possível paralisação. É assim que os salários dos trabalhadores não sofreram qualquer reajustamento desde a independência do país, suportando a empresa enormes prejuízos para manter os postos de trabalho.

No entanto, alguns passos já foram dados pelos novos governantes no sentido de salvar a empresa. Assim, já se iniciaram contactos com

vez virada para o abastecimento interno em bens de consumo. Efectivamente, além do descasque de arroz e de mancarra e de extracção do óleo, a empresa tinha programado a produção de sabão, através do aproveitamento da massa saponificada (borra de óleo).

A princípio, o produto era oferecido às populações, mas dado o interesse que suscitou, começou a ser vendido, subindo o preço de 500 pesos cada bidão, no início, para cerca de mil pesos, há algum tempo, e para 3.500 pesos ultimamente. Contudo, com o projecto de Cumeré, há poucas probabilidades da sua consecussão.

Com a parte do descasque do arroz completamente paralisada devido à falta do cereal — a última laboração foi em Setembro do ano passado — e o estaleiro inoperante devido a falta de material, a empresa limita as suas actividades à extracção do óleo. Mesmo neste último aspecto, permanecem as limitações. É o caso da falta de matéria prima ou, havendo esta última, o seu estado de deterioração, — dificuldades de transporte originam maior permanência nos armazéns o que obriga ao uso de soda cáustica, que confere maior acidez à mancarra, produzindo portanto mais quantidade de óleo. A proporção é da ordem de 400 quilos da soda cáustica para 15 mil litros de óleo, dado o estado da mancarra. O gerente da firma informou que foram encomendados 20 toneladas, mas que existem dificuldades na obtenção de divisas. Vários contactos foram já feitos nesse sentido, inclusive com a Soguipal, que fez uma abertura de crédito para o envio de 80 quilos, na primeira remessa, e mais duas toneladas, permitindo deste modo o arranque das máquinas. A CICER e a Fábrica de Leite «Blufu» têm ajudado no fornecimento deste produto, embora em quantidades que não satisfazem as necessidades reais, tendo sido inclusive tentada a hipótese da sua obtenção por intermédio dos djilas, intermediários que compram nos países vizinhos.

Vários outros recursos são ainda susceptíveis de aproveitamento

vela empresa, como por exemplo a exportação de «tourtaux» (bagaço de mancarra) para países como a Alemanha, Holanda e Portugal, onde, além de usado na alimentação de animais depois de transformado em ração, ainda fornece algum óleo, já que é maior a eficácia das máquinas utilizadas. Segundo ressaltou da conversa com o gerente da empresa, não é de excluir a hipótese de redução, senão mesmo de paralisação, de exportação da mancarra de modo a permitir abastecer o mercado interno em óleo, o que evitaria a saída de divisas. Embora, a qualidade do óleo importado, como é o caso do de soja, seja muito superior à do nosso, a população nacional já está habituada além do óleo da mancarra a custar menos caro.

Por seu turno, a casca de arroz e de mancarra abunda no local e apenas é utilizada a de mancarra para fornecer calorias às máquinas. São, portanto, desperdiçadas, embora alguns defendem a sua melhor utilização, como é o caso de peritos suecos que visitaram o recinto e que recomendam a utilização da casca de arroz no fabrico de blocos de cimento para construção, para lhes conferirem maior consistência.

A utilização conveniente destes recursos na sua totalidade e o melhor aproveitamento das potencialidades — citamos os depósitos, alguns com capacidade para 200 mil litros e de um dos geradores que, segundo o encarregado geral está capacitado para fornecer luz a metade da cidade de Bissau — o melhor aproveitamento dessas potencialidades, dizíamos, permitiria reactivar a empresa e abastecer o mercado interno, podendo o complexo de Cumeré virar-se mais para a exportação, uma vez que o novo Governo está apostado na sua reactivação, dado o avultado investimento já feito. Por outro lado, possibilitaria a melhoria de condições de vida dos cerca de 200 trabalhadores, cujos salários continuam os mesmos da época colonial, apesar da cavalgante subida de custos de vida que o país tem visto a conhecer nos últimos tempos.



Sr. Rodrigues Motinho ao nosso repórter: «a qualidade de mancarra nem sempre é a mais indicada, o que prejudica as máquinas»

restos, os exemplos de outros países da área em matéria de política comercial são bem elucidativos.

QUE FUTURO PARA A EMPRESA?

A política de nacionalização levada a cabo logo após a independência, particularmente do sector comercial, terá resultado numa das grandes falhas do regime anterior. De facto, um país recém-independente como a Guiné-Bissau, sem as mínimas infra-estruturas e com grande carência de quadros, dificilmente poderia orientar um sector tão delicado como é o comercial. Aliás, o resultado está bem evidente na situa-

ção que atravessa o sector comercial em todo o país, sobretudo os Armazéns do Povo, que falharam redondamente sua missão de instrumento eficaz para a aplicação de uma política comercial consequente. Entendidos no assunto defendem a política de abertura à entrada de investimentos embora, como é lógico, de forma racional e controlada, e de encorajamento de iniciativas privadas. De

o estado da mancarra, a empresa limita as suas actividades à extracção do óleo. Mesmo neste último aspecto, permanecem as limitações. É o caso da falta de matéria prima ou, havendo esta última, o seu estado de deterioração, — dificuldades de transporte originam maior permanência nos armazéns o que obriga ao uso de soda cáustica, que confere maior acidez à mancarra, produzindo portanto mais quantidade de óleo. A proporção é da ordem de 400 quilos da soda cáustica para 15 mil litros de óleo, dado o estado da mancarra. O gerente da firma informou que foram encomendados 20 toneladas, mas que existem dificuldades na obtenção de divisas. Vários contactos foram já feitos nesse sentido, inclusive com a Soguipal, que fez uma abertura de crédito para o envio de 80 quilos, na primeira remessa, e mais duas toneladas, permitindo deste modo o arranque das máquinas. A CICER e a Fábrica de Leite «Blufu» têm ajudado no fornecimento deste produto, embora em quantidades que não satisfazem as necessidades reais, tendo sido inclusive tentada a hipótese da sua obtenção por intermédio dos djilas, intermediários que compram nos países vizinhos.

a Soguipal, sociedade lusoguineense, tendo sido convidado um dos seus representantes a deslocar-se ao país para entabular conversações sobre a possibilidade de reactivar a empresa. Interrogado sobre a hipótese de nacionalização da empresa pelo Governo da Guiné-Bissau, o gerente da Gouvêa, Elisée Turpin, considerou-a pouco provável, apesar de possíveis vantagens que tal decisão poderia representar para o país.

UM COMPLEMENTO DO CUMERÉ

Embora a dimensão do parque industrial do Ilhéu do Rei não se possa comparar à de Complexo Agro-Industrial de Cumeré, é certo que a sua exploração em moldes adequados seria muito mais rentável à economia do país, uma

Que futuro para nós?

Desde que o Nô Pintcha vem publicando textos de interesse público, quer-nos parecer que o seu número de 4 de Abril trouxe uma inovação nesse campo: lançou nas suas centrais um texto assinado por um autor que não responde por nenhuma estrutura, seja do Estado ou do Partido, versando um tema de excepcional importância.

Trata-se do artigo de um jovem economista, intitulado auctoriamente «Guiné-Bissau — Que País?». Mesmo que fosse dos mais medíocres, colocado no tempo que vivemos, só por si, assegurou já um mérito indiscutível: o de ter lançado cartas na mesa acerca de um assunto, o mais urgente de todos, sobre o qual, aliás, cada cidadão medita na sua intimidade. O mérito assim conquistado é compartilhado com o nosso Nô Pintcha pela decisão plausível deste em publicar o artigo em referência, que apesar de seu tecnicismo, terá o efeito de aumentar o acervo de conhecimentos numa área tão importante quanto esquecida: a economia. Não é exagero afirmar-se que uma cultura económica, ainda que rudimentar é indispensável no mundo de hoje a todo o cidadão que queira compreender, ao menos, o futuro de sua vida.

Como alguém já disse, «a profundidade da arte para os estetas, da ciência para os cientistas, bem como os mistérios do corpo humano para os fisiólogos», diríamos nós, neste caso, os segredos de economia para os economistas.

O FUTURO: SEMPRE COM O PAIGC

Abriando-nos naquilo que bem disse o nosso jovem economista, de que é direito de cada cidadão o poder apresentar suas opiniões livremente, estamos aqui, também, para disfrutar desse direito, manifestando o nosso ponto de vista acerca do seu artigo «Guiné-Bissau — Que País?».

Evitaremos fazer uma apreciação mais global (que, por certo, incluiria elogios), para concentrar a nossa atenção sobre as questões ou pontos mais polémicos e ainda as omissões, por nos parecer assim, muito mais interessante.

Os pontos que absorverão a nossa atenção, são os seguintes:

1 — omissão ou minimização, voluntária ou não, do facto político;

2 — a subestimação do perigo real do neo-colonialismo e ainda acerca da ajuda externa;

3 — o aparelho de Estado;

4 — A Agricultura e o Desenvolvimento rural.

1. — É de uma estranheza evidente o facto de se tentar esboçar o futuro da Guiné-Bissau, sem mencionar, de uma ponta a outra do artigo, o PAIGC! Este facto, num momento político particular da nossa vida — meses depois do 14 de Novembro — pode ser qualificado de gravidade extrema.

A referência vaga ao Projecto dos Combatentes da Liberdade da Pátria (para nós, Combatentes do PAIGC), está longe de poder compensar a grande ausência. Se juntarmos a isso alguns erros e críticas gratuitas (que apontaremos no devido lugar), é-se tentado a admitir que, para muita boa gente, é opinião estabelecida o seguinte: acabou ou melhor acabamos com um determinado projecto político.

Fazemos questão de perguntar: se o projecto dos Combatentes da Liberdade da Pátria «continua actual», quem, fundamentalmente, o levará a prática? Os técnicos e quadros experientes, em socorro dos Combatentes, ou toda a população (incluindo os experimentados técnicos) com os militantes do PAIGC reunidos, reorganizados no seu Partido, na vanguarda.

A nossa posição tem sido clara: o 14 de Novembro é uma vitória porque cortou o passo a um processo que, reduzindo o Partido a um instrumento de fachada, criava condições que bem poderiam vir a pôr em causa a nossa independência.

Essa vitória para ser duradoura, historicamente revolucionária deve decididamente levar à reafirmação do PAIGC: eis o papel reservado ao 14 de Novembro.

UMA SAÍDA POLÍTICA

Da mesma maneira que Amílcar Cabral — nosso Líder — soube guiar o PAIGC, fazendo-o um movimento de Libertação ímpar em África,

apesar das correntes adversas que tentavam impedir a nossa marcha, nós (hoje) temos à nossa frente uma tarefa histórica de repôr o Partido no lugar que lhe é devido, a saber: o de liderar o nosso Povo na batalha da Reconstrução Nacional para edificação de uma sociedade nova, liberta da miséria e exploração do homem pelo homem.

Dir-nos-ão que, para já, está-se a discutir um problema económico e não político! Mas quem definirá a política económica que será executada pelo Estado, ainda que este se nutra de técnicos e quadros mais experientes?

Não. A saída para o País é antes de mais nada uma saída política que deve basear-se numa definição ideológica clara: é isso que determina uma ou outra opção económica. Se não se compreende isso, desviando para um desvio «economista» ou pragmatismo despido de uma clara perspectiva política, toma-se, talvez involuntariamente, a estrada que conduz a graves erros, que aparentemente podem parecer económicos mas que, seguramente, não tardarão a se revelar na sua verdadeira dimensão política.

Num mundo em que grassa a crise geral, levando mesmo países considerados prósperos a sérios abalos económicos e políticos, em que impera uma ordem económica injusta que coloca como primeiras vítimas os países atrasados, que assim vêm alargar-se ainda mais o fosso que os separa dos mais «ricos», em que a deterioração dos termos de troca faz do trabalho ingente de milhões de homens uma dedicação quase vã; num país como o nosso, em que nos colocamos frente a um desafio em que muitos factores tidos como favoráveis, são aleatórios, contrastando com baixo nível de forças produtivas, com formas arcaicas de produção e uma tradição bem arreigada que impede muitas vezes uma visão económica moderna da produção, com uma natureza pouco generosa, para não falar do pesado handicap económico que recemos de herança, onde a única riqueza certa é o homem e sua consciência, é interessante pôr a seguinte questão:

Quem mobilizará as massas trabalhadoras para o cumprimento de objectivos económicos do (seu) desenvolvimento, em que estarão necessariamente associados? Quem despertará os trabalhadores para novos modos de produção com a eliminação de muitas barreiras culturais, em tempo razoável ou óptimo, utilizando para isso não só a



Combatentes da Liberdade da Pátria — um projecto intocável!

educação científica e técnica mas também a indispensável formação ideológica e política? E para os objectivos mais sociais como sendo: a saúde e educação sanitária, a alfabetização e educação de adultos, etc.,... num país com tão fracos recursos financeiros e económicos? Será somente o comércio (com o jogo e estimulantes de preços) e os factores técnicos de produção? Entenda-se bem, primeiro que tudo, o Partido. Quando o Partido esteve no seu devido lugar, triunfámos; quando foi, subrepticamente afastado do seu papel de força, luz e guia do nosso Povo, falhámos todos! É a lição da História. E as lições, especialmente as mais amargas, são para serem assimiladas!

A SOCIEDADE CAPITALISTA

2.º — a) o nosso jovem economista abordando a possibilidade de enveredarmos para a via «escolhida» por alguns países africanos que citou como exemplos, apresenta, a nosso ver, a parte mais débil do seu artigo, a saber: que, a «nossa pequena-burguesia comercial e burocrática não é política, finan-

ceira e empresarialmente capaz de liderar (!) um processo semelhante ao que se verificou nesses países» e também por «razões históricas do desenvolvimento do capitalismo mundial». O Sancta Simplicitas! Sem pretender fazer louros à nossa pequena-burguesia (comercial, burocrática... e também «agrária») quer-nos parecer que, por este mun-

diário, o desenvolvimento do capitalismo mundial e de uma pequena burguesia com características próprias da nossa (o que a torna secundário), é impossível edificar uma sociedade capitalista independente, sim, estariamos de acordo a 100%.

Mas da maneira como o fez, deixa-nos com o flanco desguarnecido neste mundo cheio de armadilhas (1.º) por não nos revelar o plano real do neocolonialismo (palavra que sequer foi citada) e da por cima (2.º) — nos o PAIGC da política substituindo por técnicos e quadros experientes, salvando do Projecto dos Combatentes da Liberdade da Pátria! É para evitar-se desastre que é fundamental a reafirmação do nosso Partido, a única força dirigente da sociedade, para estar aptos a combater o desenvolvimento, a evitar com inteligência as propostas de desenvolvimento neocolonial, e enfim, para lançarmos as bases de uma sociedade socialista não-capitalista que será a única alternativa aos esquemas consentidos, hereditariamente, pelo nosso que soube gerar heróis e mártires, no campo do PAIGC e do seu líder Amílcar Cabral. Esse projecto-PAIGC projecto social dos Combatentes da Liberdade da Pátria.

Saiba-se que o projecto não é contrário à medidas transitórias (conjunturais) como a privatização do comércio de retalho comercialmente, dará crédito à nossa pequena-burguesia de se «desenvolver» ao mesmo tempo cumpre uma função social, social e economicamente útil, contribuindo dentro do projecto-PAIGC idealizado por Amílcar Cabral.

b) A propósito das condições e financiamentos externos, o nosso formulou, desta vez, crítica gratuita, pelo menos, indefensável e ter de seguida levantar questões à volta do mesmo assunto que todos sabem, te-se de grande importância: no bom ou mau sentido, de acordo com as nossas opções políticas (e económicas) também da capacidade de manobrar habilmente no oceano das relações

(Por Delfim da Silva ♦)

económicas internacionais. Num dado passo do seu artigo e lá para o fim, o nosso jovem economista depois de ter apontado correctamente o perigo de basearmos o nosso desenvolvimento apenas em ajudas, assusta o leitor quando o interpela com uma «novidade»: rejeitar financiamentos por motivos psicopolíticos (!), rematando com uma advertência acerca da «perda de tempo em ortodoxias»(!), depois de ter seleccionado de passagem, exemplos que (em contraposição a «ortodoxia» sugerem relações comerciais com todos os países, independentemente de seus sistemas políticos. Cremos que em relação aos dois países progressistas citados seria mais proveitosa recordar suas experiências, aquelas que poderiam trazer novas ideias ao nosso trabalho: referimo-nos à NEP (Nova Política Económica — 1921) e às aldeias Comunistas. Ainda que fossem exemplos desaconselháveis para o nosso caso seriam, ao menos instrutivos... mais do que o «PL 480 ao abrigo do qual transaccionam mercadorias a U.R.S.S. e os Estados Unidos».

AFINAL, QUE ORTODOXIA

Agora uma questão: a que se deve essa crítica, esses exemplos?

Até ao que sabemos (os não-economistas) a Guiné-Bissau recebe ajudas e financiamentos de países e organizações de todos os quadrantes políticos, tanto do Ocidente como do Leste. Além disso, ao que parece, mais de 2/3 de nossas relações nesse campo situam-se no mundo capitalista! Então que ortodoxia?

Porém muita coisa foi mal feita quanto as ajudas, financiamentos, etc... enfim, no vasto domínio das relações económicas internacionais.

Com a devida permissão dos especialistas, gostaríamos nós, não-economistas, de dar a nossa opinião acerca desse assunto. Não vamos pretender demonstrar que as coisas são assim tão simples. Não. Para nós, o mais importante é chamar a atenção dos leitores, especialmente os não economistas, dado

que cada acordo que se assina, cada empréstimo que se contrai, tem que ver com o camponês do Sul do País, com o operário do EGA ou mesmo com o simples funcionário público: «entretanto», só temos a ganhar, discutindo essas questões.

Assim para que as ajudas, os donativos, os financiamentos, não venham redundar, contraditoriamente, em «novas canseiras» a agravar ainda mais a nossa situação, parece-nos de considerar o seguinte:

1 — o projecto de sociedade do PAIGC e as prioridades, estabelecidas ou a estabelecer no plano de desenvolvimento, em cada etapa;

2 — a rentabilidade económica contínua e a capacidade interna de resposta, ou seja, de amortização regular das dívidas contraídas.

De um modo geral, dever-se-ia levar em conta o desenvolvimento harmonioso do País (em todos os ramos de actidade e em todas as regiões) o que requer uma melhor política de investimentos. Por exemplo: não parece sensato gastar milhões com uma autoestrada (simples autoestrada), enquanto que muitas vias de comunicação de reconhecido interesse económico continuam intransitáveis... mesmo que o dinheiro de autoestrada nos seja dada em forma de donativo. Por outro lado, a contracção de dívidas, sem garantias mínimas de pagamento a prazos fixados pode muito bem levar-nos à dependência financeira, económica... e política e mrelação aos refinanciadores.

Uma nota acerca das ofertas. Foi Cabral quem disse — em defesa da independência de pensamento e acção — que devemos receber ajudas e ofertas venham elas donde vieram, desde que não nos imponham condições. Ao que parece, esta afirmação rica de conteúdo, tem sido na prática interpretada de forma diversa. Um exemplo: um país que nos oferece 100 automóveis de luxo — sem condições nenhuma — é muito bom! Mas será suficiente raciocinar-se assim e decidir a aceitar ou valerá a pena saber se são realmente necessárias e vistoriar as suas

implicações económicas, apesar de ser um a prenda, sem condições?

— recebendo os automóveis (sem condições) teremos que garantir para eles as peças de reposição: mais divisas que saem do País...

— mais automóveis de luxo (com grande consumo de gasolina): mais divisas que saem do País...

Acceptar ou não ?

3— Aparelho do Estado. Nota-se que o artigo não faz nenhuma referência crítica ao aparelho do Estado: pelo contrário, propõe o desbloqueamento do conjunto de medidas do INSPS (Seguro), porque essa instituição «dispõe de amplos recursos não aplicados», visando (com o desbloqueamento proposto) o aumento de salários dos trabalhadores (da Função Pública). É evidente que em condições normais, ninguém estaria contra o aumento de salários, a não ser que o mesmo tenha sido decidido por motivos demagógicos. Mas não é disso que queremos tratar.

Interessado em revelar as verdadeiras causas do desequilíbrio orçamental, endossa tudo para o lado das receitas, perdendo assim uma oportunidade para formular críticas de fundo (embora breve) à estrutura do aparelho do Estado. Ao que parece, o nosso economista acaba por se contradizer um pouco, reconhecendo, finalmente, o peso daquilo de que tinha desprezado: a função pública («sua dimensão e baixa produtividade»).

Pode-se equacionar assim o problema (do aparelho de Estado — sua estrutura) e tentar encontrar resposta:

a) de onde veio e que interesses o gerou?

— é o resultado da distorção e desintegração da nossa economia, imposta pelo colonialismo;

— responde pois à tendência do «desenvolvimento colonial»: crescimento da cidade e seu relativo enriquecimento a contrastar com a estagnação e empobrecimento progressivo do campo;

— responde ainda à necessidade do funcionamento da máquina colonial «especializada» em drenar para o exterior as nossas riquezas através de capital, com a concentração, claro está, de todos o seu aparato em Bissau; administrativa, política e económica: das infraestruturas económicas (fabriquetas,) transportes, comunicações,

etc) até ao comércio passando pelo funcionalismo, Bissau era (e ainda é) o centro ou melhor uma ilha bastante isolada do resto do País.

Com a transformação, se bem que muito lenta ainda, da realidade que o havia gerado, vais-se tornando, **anacrónico**; porque o País em matéria de produção económica nem sequer alcançou os níveis históricos e face a oagravamento da situação geral que afecta o País, o aparelho do Estado vai-se tornando parasitário. Um nosso amigo disse-nos um dia: «os camponeses só conhecem o Estado pelas receitas, não pelas despesas que (o Estado) efectua». Ele não está muito longe da verdade.

b) Esta máquina (o aparelho do Estado) adapta-se hoje ao projecto de desenvolvimento fixado pelo PAIGC?

Lêde a seguinte passagem, extraída de um dos documentos do Plano: «Assim, o Orçamento Geral de Estado tem de sustentar 15 mil funcionários... É certo que a ajuda externa permite sustentar essa máquina hipertrofiada, mas, até que ponto não estará ela a possibilitar que se adie a adaptação da máquina administrativa às necessidades do desenvolvimento? O número de funcionários de que dispomos não é exagerado se considerarmos a população do País e as tarefas que temos de levar a cabo para o desenvolvimento. No entanto, 12.478 ou seja 83% dos funcionários estão em Bissau. A prazo, esta máquina governamental só poderá girar se, efectivamente, tiver implantação no interior».

Assim vistas as coisas, parece-nos não ser exagerado afirmar: o aparelho do Estado; tal como está estruturado não responde (1.º) às necessidades do nosso desenvolvimento e por isso (2.º) é um peso **também** no Orçamento do Estado, no seu desequilíbrio, no seu déficite...

É o próprio autor do artigo quem o reconhece no seu artigo quando nos diz, «a quase totalidade do crédito bancário foi canalizado para o financiamento do déficite orçamental, **prejudicando** a procura de crédito por parte das empresas públicas e privadas».

Que fazer?

De novo chamamos a atenção dos leitores para a seguinte passagem do mesmo documento: «Levando-se para o interior do País os serviços realmente necessários à população local,

no campo dos transportes e comunicações, da saúde, das técnicas agrícolas e outros domínios, esta população estará pronta a romper o ciclo de autosubsistência e poderá também financiar o funcionamento da máquina administrativa. Teremos então um aparelho de Estado que se desenvolve em função de sua utilidade real e da sua capacidade de responder aos problemas que se apresentam. É preciso abrir bem os olhos para esta realidade: o aparelho de Estado consome produtos dos sectores primário e secundário e a sua possibilidade de ampliação depende da capacidade que tiver para promover o desenvolvimento daqueles sectores».

4 — A Agricultura e o Desenvolvimento rural. Em matéria de Agricultura, o nosso jovem economista diz bem que devemos envidar esforços no plano industrial virando este para as necessidades da agricultura; continua correctamente a pôr a tónica na indústria alimentar ao lado de outras que seriam de longo fôlego (petróleo e bauxite), para assim, à medida que formos resolvendo problemas básicos (1.º de alimentação) possamos criar condições para um relançamento económico...

Refere-se longamente aos males causados por um comércio mal concebido, dando realce aos preços e por outro lado, revelando as potencialidades intrínsecas de um comércio diferente, tanto no sentido de estimular a agricultura como no de aliviar no bom sentido o Estado — aumentando a eficácia desse sector, sem dúvida importante. É sabido que a agricultura precisa muito da indústria e comércio (o inverso é também verdadeiro), mas, ao que parece, deixa muito à sombra a política «agrária» (limitando-se à questão de aproveitamento de factores técnicos de produção), ao mesmo tempo que faz uma preleção acerca do comércio e indústria em, talvez, quase 4/5 do seu artigo.

Assim, não aparece uma agricultura a ser tratada como base do nosso desenvolvimento, mas de certa maneira, como um apêndice do comércio e indústria.

IMPÕE-SE UMA CLARA DEFINIÇÃO IDEOLÓGICA

Se concordarmos que o desenvolvimento (mais

do que simples crescimento), significa melhoria substancial e progressiva das condições de vida da população e que a maioria (talvez 80%) da nossa gente se encontra «baseada» no interior do País, na agricultura, deve-se, assim cremos, ao mesmo tempo que se trata da produtividade do «agro» pensar no homem do campo, seu (nosso) desenvolvimento. Ao que parece, a alteração da designação do Ministério «da Agricultura» para «de Desenvolvimento Rural» se não estamos em erro, quer elucidar alguma coisa... De toda a maneira o que faz falta, a nosso ver, no artigo publicado é a ausência notória dessa perspectiva de desenvolvimento global, limitando-se à rentabilidade da agricultura... na base de injeções de preços e factores técnicos de produção.

É que podemos organizar uma agricultura muito produtiva na base da introdução intensiva de factores técnicos e tentar (ou conseguir mesmo) realizar o «milagre guineense» e inundar o mercado com produtos locais e importados, à semelhança dos países africanos que citou o nosso economista, continuando, porém, os camponeses (a maioria da população) na miséria, sem desenvolvimento.

O facto global «desenvolvimento social e económico do campo» só possível, diríamos nós, a partir de uma clara concepção ideológica seguida de uma mobilização e enquadramento político, visando a transformação qualitativa da vida no campo, não foi minimamente contemplado no artigo do jovem licenciado.

Desenvolvimento regional integrado (no quadro de harmonização da vida no País): a produção agrícola, a saúde, a educação e alfabetização, os transportes e comunicações, a formação de quadros sur place, a pesca artesanal, a valorização da diversidade da produção popular, etc. etc... tudo isso que devia ser, ao menos afiorado no artigo; tudo isso que não foi tratado suficientemente: é tudo isso que indica o caminho do Desenvolvimento verdadeiro e da Independência real.

♦ Professor do Ensino Secundário.

23ª jornada do campeonato de futebol Cantchungo-Benfica domina as atenções

Dos jogos marcados para este fim-de-semana, referentes à 23.ª jornada do Campeonato Nacional de Futebol, F.C. Cantchungo-Benfica, a realizar-se no domingo pelas 16 horas, no estádio Saco Vaz, é o que mais atenção irá mobilizar. Isto por uma razão bem forte: a vontade de averbar pontos em cada jogo, para a conquista de um lugar na tabela classificativa que permita marcar presença na «Taça PNUD», arrebatada no início da presente época ao Benfica, transformou-se nesta ponta final para a turma visitada. Daí preverem-se muitas dificuldades para os encarnados, que ainda precisam de pelo menos dois pontos para

voltarem a inscrever os seus nomes na lista dos campeões nacionais.

Os restantes encontros desta jornada são os seguintes: Ajuda Sport-Sporting (sábado, no estádio Lino Correia, pelas 16 e 30), UDIB — E. N. Bolama (domingo, no estádio Lino Correia, pelas 16 e 30), Desportivo do Gabú — Ténis Clube (domingo, no municipal do Gabú, pelas 16 horas), Desportivo de Farim — F. C. Quinara (domingo, Municipal de Farim, pelas 16 horas), F.C. Tombali-E.N. Bissau (domingo, Municipal de Tombali, pelas 16 horas) e Balantas — Bula F. C. (domingo, Municipal de Bissorã, pelas 16 horas).

Sporting de Portugal e a sua viagem «graciosa»

Por não se ter cumprido um dos desejos do grupo de Alvalade: um desafio em Conakry, que seria a contrapartida financeira da deslocação graciosa dos «leões» a Guiné-Bissau, esta ficou sem efeito. Assim escrevia o jornal português «Diário de Lisboa», sobre o compromisso assumido pela direcção do Sporting de Portugal perante o clube de Bissau, na qual aquela garantia a presença da sua equipa principal de futebol nos festejos da colectividade guineense, que deveriam ter lugar no mês passado.

O facto curioso, mas sobretudo contraditório, é a classificação que a agremiação portuguesa a pretendia atribuir à sua deslocação — «graciosa» (?) — ao nosso país, quando exigia para o efeito, uma soma considerável que lhe permitisse reembolsar todo o dinheiro gasto nas passagens e mais alguma coisa.

Karateca dá «show» em Bissau

O cidadão Lumumba, da República dos Camarões, mais conhecido por Super«Dragão» Lumumba, karateca graduado com quatro «dans» e cinturão negro, é possuidor de força bruta. Chegou ao nosso país no dia 1.º de Maio, a convite da orquestra nacional «Cobiana Jazz». Quatro dias depois da sua chegada, esta orquestra, em realização conjunta com a UNTG (União Nacional dos Trabalhadores da Guiné a quem coube 55 por cento da receita total), pôs o karateca e culturista camaronês em contacto directo com o público de Bissau, no seu primeiro espectáculo nas terras guineenses.

Para o crítico do «Nô Pintcha», este espectáculo

terá sido, no sentido genérico, um «show», tendo em conta a manifestação de júbilo dispensada ao «dragão» pelo numeroso público que acorreu ao estádio Lino Correia, e a atenção com que foi seguida cada cena, como só acontece nos grandes espectáculos (a começar pelo levantamento de duas pessoas: um pelo pescoço e outro com os dentes, passando pelo puxar de uma carinha «Peugeot» em marcha a ré carregada por 15 pessoas, com os dentes, através de uma corda acabando na prisão de três motos, duas das quais de 250 centímetros cúbicos cada e outra de 750 centímetros cúbicos, em marcha). A orquestra «Cobiana Jazz» esteve

presente e «aqueceu» os músculos do «dragão» Lumumba com bom reportório.

Segundo fonte ligada à organização deste espectáculo, Super «Dragão» Lumumba, que promete fazer demonstrações em todas regiões do país, ficou por apresentar todas as suas habilidades nos domínios físico e karateca, nomeadamente a travessia de uma viatura sobre o seu peito. Há também promessas, da parte do Super «Dragão», da sua apresentação completa ao longo de vários outros espectáculos que se irão organizar. O regresso de Lumumba só deverá acontecer daqui a um mês ou um mês e meio.

Brasil oferece Taça à Escola de Lawn-Ténis

Uma taça denominada «Amizade Brasil/Guiné-Bissau» foi doada à Escola de Lawn-Ténis pela embaixada brasileira. Este precioso troféu foi entregue, na passada terça-feira, em breve cerimónia, ao camarada João Bernardo Vieira (Nino), Presidente do Conselho da Revolução, por Raimundo Loiola, embaixador de Brasil. Nuna de Oliveira, professor da referida escola, assistiu ao acto.

A taça será disputada todos os anos entre os tenistas em torneios cujos vencedores receberão uma miniatura, do troféu. Durante a audiência, concedida pelo camarada Nino Vieira, também praticante do ténis, o embaixador brasileiro salientou a cooperação existente entre os dois países, referindo-se depois à chegada de um

técnico brasileiro de futebol, já escolhido, mas cujo nome não foi revelado, para trabalhar com os nossos jovens futebolistas.

Em resposta, o camarada Nino abordou a questão do intercâmbio, manifestando a esperança de que «no futuro ele se alargue, não só a outros sectores, como também ao campo desportivo».

Por outro lado, já são conhecidos os finalistas que disputarão uma raquete de ténis oferecida pelo camarada Manuel Santos (Manecas). O jogo decisivo, aguardado com especial interesse pelos amantes da modalidade, será disputado na próxima semana entre Tomé Sonco e Cadú. O camarada João Bernardo Vieira assistirá a este encontro.

Torneio da UNTG

O Estrela Negra de Bissau e o Ajuda Sport qualificaram-se para o torneio da UNTG, em comemoração ao 1.º de Maio, ao derrotarem respectivamente o Sporting e a formação da UDIB, pelo mesmo resultado de

três bolas a duas.

Por outro lado, o torneio das «restantes modalidades» que seria disputado no ringue do BNG não se realizou devido a falta de comparecimento dos organizadores.

Impõe-se ligação Secretaria-Organizações de Massa (2)

O aumento de números de praticantes de basquetebol, através de inscrições — actualmente existem oito elementos na iniciação desta modalidade — a necessidade de um maior apoio da parte da S. E. J. D., a criação de uma escola de mini-basquete foram, entre outras, algumas questões abordadas na nossa primeira reflexão sobre «Depois de Dakar

—Qual o rumo do basquete?». Hoje continuamos com o mesmo tema, pretendendo levantar questões para uma análise crítica de todos os desportistas, a fim de chegarmos a uma solução adequada para a divulgação do desporto no país.

A nossa preocupação baseia-se, principalmente, na necessidade de formação de quadros

afectos à S. E. J. D., como coeficiente máximo para a prática desportiva, assim como a divulgação do basquete — quem diz basquete diz outras modalidades — no interior, e a imperiosa ligação Secretaria de Estado da Juventude e Desporto — organizações de massas, em particular com a Educação, na senda de uma massificação do desporto.

Porém, antes de entrarmos nestes problemas, há que fazer jus à verdade; a agressão de Dakar, abordada no número anterior, não foi entre a Lizete e Lisdália, mas sim entre esta última e Irene. As nossas desculpas pelo lapso, motivado por informações soltas apanhadas a várias pessoas.

A formação de quadros, para nós, é a essência da prática desportiva. Sem uma boa administração desportiva, técnicos e monitores, não é possível a realização de um trabalho contínuo. Esta é a verdade baseada em factos concretos da realidade. No país estiveram, em cooperação, vários técnicos, entre os quais um cubano, um chinês e um soviético, que deram um precioso apoio ao basquete, mas não contribuíram para, a efectivação de um maior número de praticantes. Isto aconteceu porque houve sempre a tendência de um menor aproveitamento das experiências e possibilidades de manobra desses técnicos, por um lado, limitando o trabalho deles à selecção, sem

pre com os mesmos praticantes, o que nos possibilita falar numa elite.

Por outro lado, não houve ninguém indigitado para trabalhar junto desses técnicos a fim de adquirir experiências para continuar o trabalho iniciado, depois da partida dos mesmos. Isto levava com que o basquete, caso mais saliente, «morresse» pouco depois da partida dos técnicos estrangeiros.

É difícil, senão impossível, atingir o objectivo da noite para o dia. Acharmos que para o início há a necessidade de enquadrar jovens amantes do desporto que, com o seu entusiasmo e parceria com a experiência dos mais velhos, possibilitarão atingirmos alguma coisa de palpável. Portanto, para nós, é importantíssimo dar oportunidade aos mais novos, conferindo-lhes as responsabilidades que devem ter, e exigindo-lhes a aceitação dessas mesmas responsabilidades. E, para o começo, os estagiários que estiveram na URSS e RDA devem ser enquadrados no âmbito da S. E. J. D..

Anúncios

Pela Secretaria da Vara Cível do Tribunal Popular da Região de Bissau, correm éditos de vinte dias, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos do executado Mamadú Injai, residente no Bairro de Calequir, casa n.º 135, para no prazo de Dez Dias, posterior àquele dos éditos, reclamarem o pagamento de seus créditos pelo produto dos bens penhorados sobre que tenham garantia real, na execução movida por Mama Camará. Pelo Juízo da Vara Cível do Tribunal Popular

da Região de Bissau, na acção ordinária de Reivindicação de Propriedade número dois barra oitenta e um pendente no Cartório deste Juízo, movida pelo autor Ostilino Pinto Ribeiro, casado, comerciante, residente na Avenida do Brasil número quatro A, em Bissau, contra Victor Manuel de Sousa Martins, casado, Engenheiro, ausente em parte incerta em Portugal com última residência conhecida em Bissau na Avenida do Brasil número quatro, é este réu citado para contestar, apresentando

a sua defesa no prazo de Vinte Dias que começa a correr depois de finda a dilação de Sessenta Dias, contada da data da segunda e última publicação deste anúncio, sob a cominação de vir a ser condenado no pedido que a autor deduz naquele processo e que consiste em desocupar e restituir ao autor o prédio urbano situado em Bissau, na Avenida do Brasil, número quatro, de que o autor é legítimo proprietário.

O camarada Armando Monteiro Cruz, Juiz de Direito da Vara Cível

do Tribunal Popular da Região de Bissau.

Faz saber que acção com Processo especial de Arrecadação de Espólio pendente na mesma Vara, por óbito de Maria Carolina de Moraes, e requerida por Maria Ferreira, são citados os interessados incertos para constatarem no prazo de dez dias, que começa a contar depois de finda a dilação de trinta dias contada na data da segunda e última publicação do presente Anúncio. Naquela acção o pedido da Autora é o de ser declarada herdeira da falecida.

Chile: Patriotas ocupam Rádio

Um comando das «Milícias de Resistência Popular», movimento de resistência no Chile, ocupou, durante largos minutos, as instalações de Rádio Portales, no centro da capital do país e difundiu uma proclamação contra o ditador fascista Pinochet, informou a agência semi-oficial chilena «Orbe».

Os militantes da MRP mantiveram o pessoal de serviço em respeito pela ameaça das armas, e, ao retirarem, lançaram um engenho explosivo para proteger a fuga.

O texto lido aos microfones intitulado «A voz da resistência», apelava à greve geral, e exortava os trabalhadores, os estudantes e o povo em geral à reforçar a oposição ao governo ditatorial, cujos crimes denunciava.

A. do Sul: Sindicatos negros combatem pilar económico do apartheid

A inflação que se abate actualmente sobre a África do Sul — na ordem dos 30 por cento — provocou o aumento das greves dos trabalhadores negros deste país, pondo em relevo o nascimento de novas organizações sindicais de luta, no quadro geral do combate contra o sistema do apartheid.

Pode-se afirmar, praticamente, que o novo tipo de luta, concebido pelos sindicatos negros para a sua base, têm lugar na África do Sul desde 1979, altura em que, na sequência de várias paralizações de trabalho e reivindicações políticas, em 1978, o Governo de Pretória «permitiu» a criação de organizações laborais negras «legais».

Esta «abertura» não constituiu, no entanto, uma conquista da classe trabalhadora negra sul-africana. Tal medida visou, fundamentalmente, estabelecer agremiações sindicais não controladas directamente pelos trabalhadores, uma vez que para adquirirem o estatuto de «sindicatos legais» tinham que passar por um «registo oficial», reunir certos critérios impostos pelo Governo, que significa perder a autonomia política e de acção.

Face a isto, os sindicatos negros não reco-

nhecidos decidiram não se registar e desenvolver um novo tipo de luta contra o sistema de apartheid.

PORQUE O NOVO TIPO DE LUTA?

O apartheid não é simplesmente a discriminação racial instituída em lei do Estado para, segundo a cor da pele, reger a conduta do cidadão sul-africano na sociedade. Antes de mais trata-se de um tipo de regime económico de Estado, cujo fundamento reside na manutenção e na exploração da força de trabalho da camada da população subjugada.

Em termos clássicos, o apartheid deu lugar na África do Sul à formação de três tipos de operários: os negros, os mestiços e os brancos. O modelo foi preconcebido para manter um nível de vida satisfatório para a classe operária branca e preservar as outras duas, sobretudo a negra, como

«mão de obra» barata, dentro de uma sociedade com o modo de produção capitalista.

Daí que o controlo e manutenção da força de trabalho negra constitui um dos pilares do sistema de apartheid, fundamentalmente do ponto de vista da exploração económica, onde a segregação racial é utilizada para corroborar este modelo. O resultado prático tem esta evidência: enquanto um operário branco auferia um salário diário de 100 rand, um mestiço obtém um de 60 e um negro um de 20.

Eis aqui, portanto, o porquê do combate ao apartheid como regime social, o alvo principal das greves levadas a cabo pelos operários negros dos ramos produtivos economicamente mais fortes da África do Sul.

De facto, essa classe, sob o resguardo dos seus sindicatos independentes,

concentram o objectivo das paralizações de trabalho na obtenção de aumentos salariais, tendo em vista situá-los, não abertamente, ao nível das remunerações auferidas pelos trabalhadores brancos do mesmo ramo empresarial ou industrial.

Assim, esse tipo de greve possui características distintas das praticadas pelos estudantes que, pode-se afirmar, são de carácter reformista, por não visarem a base económica do sistema político, mas que também não deixam de ser importantes no contexto da luta geral contra o regime de apartheid.

As próprias autoridades sul-africanas já se aperceberam que as actuais greves buscam atingir, no fundo, mudanças políticas radicais, pelo facto de que, ao situar-se o vencimento de um operário negro ao mesmo nível que o do seu colega branco, deixa de haver «mão de obra» barata e, portanto, fica em causa um dos pilares do apartheid.

(In «Jornal de Angola».)

El Salvador: Guerrilha organiza regiões libertadas

A estratégia da guerrilha salvadorenha para defender as zonas sob o seu controlo foi precisada pela primeira vez por um dirigente, numa entrevista telefónica com a agência France Presse, na capital da Costa Rica, San José.

Segundo Victor Guerrero, responsável das Forças Armadas da Revolução Nacional (FARN), um dos cinco componentes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (F. M. L. N.), as zonas onde a guerrilha exerce as funções de polícia e de administração situam-se

principalmente no departamento de Morazan, no nordeste e nos arredores de Guazapa, no centro do país.

O porta-voz dos guerrilheiros salvadorenhos precisou que existem três tipos de zonas para a estratégia defensiva: as «zonas de controlo», as «zonas de relativa segurança» e as «zonas nulas». Depois de ter penetrado na «zona nula», geralmente entre as cinco e as sete horas da manhã, o exército governamental penetra na «zona de relativa segurança» onde encontra minas e

armadilhas que retardam o seu avanço. É então forçado a proceder a bombardeamentos com canhões e aviões, infligindo pesadas perdas à população civil, mas causando poucos danos à guerrilha.

«Esta situação levou-nos a assegurar a protecção da população», explicou Victor Guerrero, que citou o exemplo de San Lorenzo, localidade do departamento de San Vicente, a 55 quilómetros a este de San Salvador e palco, em Março, de duros combates entre a Guarda Nacional e a

guerrilha.

«Ai, tivemos que evacuar 5 mil civis» afirmou o dirigente das FARN. O que permitiu ao exército dizer que controlava as nossas posições, mas era absolutamente falso». A guerrilha declara ter retomado o controlo de San Lorenzo, depois do abandono pelo exército da cidade deserta.

Guerrero disse ainda que nas zonas libertadas a guerrilha ocupa-se de diversas tarefas, nomeadamente a resolução de conflitos entre camponeses e o registo de casamentos.

O responsável das FARN reconheceu a existência de uma iniciativa da Internacional Socialista com vista a uma solução negociada: «Houve sondagens para verificar se existem condições para negociar. Do nosso lado, faremos todos os sacrifícios possíveis a fim de que haja uma solução pacífica, e isso deverá obrigar a democracia-cristã mundial a reconsiderar o seu apoio à Junta». Segundo Guerrero, não houve nenhum contacto com o exército ou com o governo.

Crise na Suécia

O Partido Conservador da Suécia ameaçou abandonar a coligação governamental devido à desacordo sobre política fiscal — anunciou a agência norte-americana UPI.

Há duas semanas, dois dos partidos da coligação (o Liberal e o Centrista) firmaram um acordo com o Partido Social-Democrata, na oposição, sobre

a reforma fiscal.

O Partido Conservador, o maior da coligação, rejeitou o acordo e Gosta Bohman, o dirigente do partido e ministro da Economia, afirmou que a sua formação se retirará da coligação caso o acordo seja aprovado.

O acordo, cujas principais cláusulas são ainda desconhecidas, é baseado numa proposta do Governo

para se reduzir o escalão máximo de impostos de 85 para 50 por cento por etapas.

O Partido Centrista do Primeiro-Ministro Thorbjorn Falldin e o Partido Liberal do ministro dos Negócios Estrangeiros Ola Ulsten concordaram com um pedido do Partido Social-Democrata para que as medidas de redução sejam adiadas até 1983.

Relações Zimbabué—URSS

A República do Zimbabué vai reforçar as suas relações com a União Soviética — declarou o Primeiro-Ministro deste jovem país africano, Robert Mugabe, numa entrevista concedida ao jornal soviético «Izvestia».

Mugabe afirmou que «a experiência soviética é aproveitável para o Zimbabué, que constrói um Estado socialista onde todos

os recursos devem ser utilizados ao serviço do povo».

Pronunciando-se sobre a situação na África Austral, o chefe do governo zimbabueano sublinhou que o nascimento da República do Zimbabué e «o crescimento da luta libertadora na Namíbia e na África do Sul» são sinais reveladores do fim do colonialismo e do racismo.

As Forças Populares 25 de Abril (FP-25) reivindicaram em telefonema para ANOP, (Agência Portuguesa de Informação), a responsabilidade de um atentado a bomba contra as instalações do «Royal British Club», em Lisboa, ocorrido na madrugada do dia 6 do corrente.

O autor do telefonema que se identificou como membro das FP-25 de Abril afirmou, no seu telefonema para a ANOP, que o atentado tinha por objectivo extinguir a solidariedade para com os «patriotas irlandeses que lutam contra o colonialismo britânico».

Segundo a notícia, o autor ou autores do atentado, entraram pela traseiras do cemitério inglês, à Estrela, para colocar a bomba, de fabrico rudimentar, no «hall» do edifício, de dois andares.

URSS/EUA

Funcionários norte-americanos declararam não haver perspectivas, «de momento», de o Presidente Reagan aceitar a renovada oferta do Presidente Leonid Brejnev para efectuar uma cimeira soviético-americana.

Os referidos funcionários declararam que a opinião de Reagan é de que uma cimeira «não é viável até as relações soviético-americanas melhorarem e haver considerável progresso sobre o controlo de armas e outros assuntos».

BOICOTE

A 26.ª sessão do Conselho Ministerial da O.P.E.P. terminou na passada quarta-feira os seus trabalhos no Kuwait, para adopção de medidas destinadas a reforçar o boicote árabe contra o regime racista de África do Sul.

Estas medidas compreendem, nomeadamente, sanções contra as sociedades petrolíferas e os navios petroleiros que não respeitam as resoluções do boicote árabe.

O Conselho Ministerial aprovou igualmente decisões relativas à construção de uma doca na Argélia, e outra concernente ainda à consolidação de boicote contra a África do Sul.

Saúde Maria regressou — Novas perspectivas de cooperação

A missão diplomática que o camarada Victor Saúde Maria realizou em vários países africanos e europeus, teve como principal objectivo esclarecer os respectivos chefes de Estado da situação no nosso país depois dos acontecimentos do Movimento Reajustador, e analisar com os principais responsáveis desses Estados as possibilidades do reforço das nossas relações de amizade e cooperação.

Assim, na Nigéria, o vice-Presidente do CR avistou-se com o Presidente Shagari, a quem

fez entrega de uma mensagem do camarada João Bernardo Vieira. Verificou-se uma compreensão total por parte daquele dirigente no que diz respeito às nossas relações e à possibilidade do seu desenvolvimento. Com o Ministro dos Negócios Estrangeiros nigeriano discutiu-se a situação em África.

Na audiência com o Presidente da Tanzânia que durou cerca de uma hora, Nyerere exprimiu a disponibilidade do seu governo em continuar a trabalhar para o reforço

das relações entre os nossos dois países. Compreendeu a situação actual na Guiné-Bissau, como uma questão interna e salientou que este problema não pode pôr em causa as nossas relações. «O Presidente Nyerere é um homem muito ligado ao PAIGC e à Guiné-Bissau desde os primeiros momentos da Luta de Libertação Nacional, por isso achamos que era importante a nossa deslocação aquele país» — precisou Saúde Maria.

Em Moçambique, os nossos representantes

foram recebidos como velhos camaradas e companheiros de Luta. Samora Machel recebeu Victor Saúde Maria na cidade da Beira durante três horas. Na ocasião, o dirigente moçambicano demonstrou todo o interesse pela situação no nosso país, e manifestou-se empenhado em aprofundar a camaradagem que sempre existiu entre os militantes do PAIGC e da Frelimo. A delegação guineense teve reuniões com outros responsáveis da Frelimo, e visitou vários projectos em curso na-

quele país.

Depois da África, o Ministro dos Negócios Estrangeiros avistou-se com o Presidente Eanes, de Portugal, com representantes do Governo Sueco, com a direcção geral da SIDA, com o Comissário Cheysson da CEE, na Bélgica, com dirigentes belgas e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Luxemburgo. Nestes encontros foram analisados problemas respeitantes à cooperação. Em Paris e em Lisboa reuniu-se com os nossos compatriotas residentes nessas cidades.

Irlanda:

Confrontos agudizam-se

O funeral de Bobby Sands, oficial do IRA Provisório e deputado da Câmara dos Comuns, morto depois de 66 dias de greve de fome para obter o estatuto de prisioneiro político, teve lugar ao princípio da tarde de anteontem em Belfast.

Segundo notícia a France Presse, em telegrama enviado de Paris, as cerimónias fúnebres tiveram as honras militares outorgadas pelo IRA aos seus combatentes mortos em operações. Entretanto, apesar dos apelos à calma lançados pelo IRA, alguns confrontos esporá-

dicos tiveram lugar em Belfast e noutras localidades, e verificaram-se várias prisões. Dezenas de pára-brisas de viaturas e de vitrinas das lojas foram partidas no centro da cidade, na sequência de dispersão de uma manifestação de solidariedade com os grevistas da fome. Recordou-se que se encontram três presos políticos irlandeses a efectuar a greve da fome na prisão de Maze (Long Kesh). Um deles, de nome Francis Hughes, que já vai no seu 53 dias, encontra-se em estado grave.

Programado consumo de combustíveis

A redução do consumo de combustível é extensivo a todas as esferas de actividade no país, no quadro da austeridade económica desencadeada pelo Governo. A (DICOL Sociedade Distribuidora de Combustíveis e Lubrificantes), para um melhor controle do racionamento dos diversos tipos de combustíveis, elaborou um programa que deverá ser obedecido por todas as instâncias nele observadas, desde membros do Governo, serviços estatais, serviços diplomáticos e estrangeiros, empresas estatais e privadas, centros produtores de energia eléctrica, até ao mais simples consumidor.

O programa, aprovado pelo Conselho de Minis-

tros, lança um apelo a todos os departamentos estatais para exercerem um rigoroso controle sobre a circulação das suas viaturas, controle esse que deverá ser também exercido, numa acção conjunta, pela Polícia de Viação e Trânsito e Polícia Militar.

O sistema de controle e abastecimento obedece a dois quadros, sendo um semanal de 20 litros para abastecimento de viaturas estatais e privados, 5 litros para motorizadas com cilindrada até 50 centímetros cúbicos e 8 litros para os de cilindrada superior. O segundo quadro, que é o de abastecimento diário, concede 30 litros para táxis, 40 litros para transportes mistos e 60 litros para

camiónes de aluguer. Em qualquer dos quadros, não é permitida a retroactividade.

Para os dirigentes do Partido e do Governo, a tabela prevista é de 60 litros por semana.

O abastecimento nas bombas para as viaturas do quadro semanal obedece ao seguinte critério; viaturas de matrícula par, às segundas e quartas-feiras; e para viaturas de matrícula ímpar, às terças e quintas-feiras. As viaturas do quadro diário poderão abastecer-se todos os dias, de segunda à sexta-feira, havendo um horário especial aos sábados e domingos, a estabelecer pela DICOL.

Faleceu Fernando Mancabú — dirigente sindical

Faleceu no Hospital Simão Mendes, no passado dia 7, o camarada Fernando Jorge Mancabú, Combatente de Liberdade da Pátria e dirigente sindical da região de Cacheu.

O camarada Fernando Mancabú, do Conselho Nacional Provisório da UNTG e primeiro Secretário da União Regional de Trabalhadores de Cacheu, cumpriu sempre, com grande militância e zelo, todas as tarefas que lhe foram confiadas.

Fernando Mancabú entrou nas fileiras do PAIGC em Setembro de 1966, e nesse mesmo ano

foi designado responsável pela Educação no sector de Sanô, na Frente Norte; de 1967 a 1969 adjunto do responsável da Educação no sector de D'Jôl; em 1970 professor na secção de Olom; em 1972 foi nomeado de novo responsável de Educação no sector de Sahára; e em 73/74 passou para a Brigada de Acção Política em Canjambari.

A partir de 1974 foi indigitado para trabalhar na UNTG, e em 1976 frequentou na URSS um estágio sindical, tendo regressado ao país no ano seguinte, ficando a trabalhar na

sede da nossa central sindical. Posteriormente foi transferido para a região de Oio como o primeiro

Secretário regional e, no ano passado, transitou para Cacheu.

Num comunicado di-

vulgado pela UNTG, a Direcção apresenta as suas sentidas condolências à família enlutada.

Dia da Imprensa Soviética

As agências noticiosas soviéticas, Tass e Novosti, acreditadas no país, comemoraram na terça-feira passada, 5 de Maio, o Dia da Imprensa Soviética, sob patrocínio da Embaixada da URSS. A confraternização, que reuniu jornalistas soviéticos e nacionais com funcionários da Embaixada, contou com a projecção de filmes e um beberete típico soviético.

O Dia da Imprensa Soviética comemora-se desde 5 Maio de 1914, se-

gundo aniversário do jornal comunista Pravda, cujo primeiro número veio ao público dois anos antes, em 5 de Maio de 1912.

Lenine foi o fundador e dirigente deste jornal, que herdou as linhas mestras do primeiro jornal marxista na Rússia, Iskra (que significa «faisca»). Desde a sua fundação, o jornal Pravda sofreu muitas mudanças de nome, de forma a sobreviver e escapar à repressão czarista.

Na União Soviética

existem cerca de 9 mil e 500 jornais e revistas com uma tiragem global de cerca de 40 bilhões de exemplares de cada vez. E a Imprensa é considerada na URSS, segundo o pensamento de Lenine, diria o Embaixador soviético na comemoração do dia 5 de Maio, «não só como órgão de propaganda e agitação colectiva, mas também como organizador de massas». O seu trabalho encarna os princípios leninistas na base do espírito do Partido.

Fascismo derrotado há 36 anos

Comepleta-se hoje, sábado, dia 9 de Maio, 36 anos sobre a derrota dos regimes fascistas de Hitler, e de Mussolini na Europa. Neste dia, a memória leva milhões de pessoas que lutaram contra o fascismo na Segunda Guerra Mundial a aqueles dias de Maio de 1945, em que a humanidade respirou com o fim de uma das guerras mais sangrentas da sua história, que dizimou milhões de vidas.

O fascismo teve a sua origem em Itália, em 1922, com a subida ao poder do Partido Fascista e Mussolini. O conceito de fascismo, então, generalizou-se, passando a definir outros regimes com idênticas características, vigentes no período da Segunda Guerra Mundial. É o caso do nazismo de Hitler, e também serve para designar hoje certas formas de Estado ditatorial.

O fascismo expressa o nacionalismo exacerbado, traduzido no culto da raça ou da nação, o imperialismo agressivo, a elevação de valores retrógrados, e defende a guerra. Obviamente favorece o estabelecimento de uma minoria exploradora, cujo poderio assenta na repressão dos trabalhadores, cujos mínimos direitos são esca- moteados.

O Estado fascista seria uma manifestação do Estado capitalista na sua fase monopolista e imperialista, um fenómeno essencialmente urbano nascido dos sectores da pequena burguesia, dos desempregados e dos sectores decadentes da oligarquia financeira.

A derrota de fascismo em 9 de Maio de 1945, imposta pelas forças aliadas, foi uma espécie de catalizador que acelerou a entrada dos povos oprimidos da África e Ásia na via da independência. 1945 entrou também na história como o ano de início da derrocada do colonialismo.

FICHA TÉCNICA — JORNAL «NÔ PINTCHA»; AV. DO BRASIL; C.P. 154 — BISSAU

António Soares (Director em exercício); João Quintino (Chefe de Redacção em exercício)

Redacção: Arlette Adília; António Tavares, Baltazar Bebiano, Barnabé Gomes, Carolina Fonseca, Fernando Jorge, Fernando Perdigão, João Fernandes, José Flecha, Pedro Albino, Pedro Quadé, Raimundo Pereira, Teresa Ribeiro. Maquetagem — Cândido Camará. Fotografia: Agostinho Sá, Casimiro Cá, José Tchuda, Manuel da Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. Secretaria da Redacção: Eurídice Gama, Idel Miranda, Ivete Monteiro.